

Sobre o fim da hegemonia dos Estados Unidos: Uma análise conceitual

About the end of United States Hegemony: A conceptual analysis

Marcelo Pereira Fernandes*

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 147, jan.-fev. 2015 [p. 3 a 10]

1 – Introdução

No campo da Economia Política Internacional (EPI) a noção de hegemonia foi discutida por diversos autores tendo quase sempre como ponto de partida os turbulentos anos 1970 no qual configurava o declínio dos Estados Unidos (EUA) como potência mundial. De fato, o cenário internacional parecia pouco promissor: fim dos acordos de Bretton Woods, crise do petróleo, derrota norte-americana na guerra do Vietnã e o risco de estagflação. A crise do mercado imobiliário *subprime* nos EUA em 2007 e suas consequências que levaram a crise global de 2008 vem revivendo o tema. Nos anos 1970, como agora, esse debate é atraído em grande parte por questões econômicas: o déficit externo norte-americano, a suposta decadência do dólar como moeda de reserva internacional, desemprego e baixo crescimento.

O conceito de “hegemonia” tem pelo menos dois sentidos: pode significar domínio ou liderança com uma noção tácita de consentimento (SASSOON, 1988). Na EPI, como destacou Cox (1993), o conceito também aparece com dois significados. Em um sentido mais comum, hegemonia expressa a dominação de um Estado sobre outros Estados e a capacidade do Estado dominante em impor as condições em que são realizadas as relações interestatais, controlando os resultados dessas relações. O outro significado, baseado em Gramsci, refere-se à condição em um sistema mundial em que o Estado dominante e as suas classes dominantes sustentam sua posição por meio da adesão a princípios que são aceitos ou tolerados por uma proporção suficiente de Estados subordinados e forças sociais.

O objetivo deste artigo é analisar brevemente o conceito de hegemonia e questionar se os EUA ainda permanecem com uma posição hegemônica dentro do sistema mundial. Conforme será visto, dentro da EPI, o conceito de hegemonia adotado pelos teóricos da Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) difere consideravelmente do conceito construído pelos neogramscianos. Desta forma, tenta-se demonstrar que pelo conceito neogramsciano é bastante duvidoso que o país ainda mantenha sua posição de hegemonia, ainda que permaneça como a potência dominante.

Além desta introdução o artigo está dividido em mais três seções. Na segunda seção será examinado o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci. A terceira seção está dividida em dois tópicos. O primeiro aborda a TEH, e o segundo a versão gramsciana de hegemonia na EPI produzida pioneiramente por Cox.

* Departamento de Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil (mapefe@bol.com.br)

Na quarta seção será analisado o papel dos EUA na atual ordem econômica e questiona-se sobre a sua hegemonia no sistema internacional. Por fim, na última seção, as considerações finais.

2 – Hegemonia em Gramsci

Embora outros autores marxistas tenham utilizado o conceito de hegemonia, no âmbito das ciências sociais, o termo ficou vinculado principalmente ao italiano Antonio Gramsci. Na visão de Gramsci, a estrutura (relações sociais de produção) e a superestrutura (as ideias, cultura, costumes da sociedade) não podem ser separadas; estas formam um “bloco histórico” que – ao contrário da visão esquemática que entende que a superestrutura tem uma dependência mecânica com a estrutura – compõe um sistema complexo e contraditório que se reforçam mutuamente (Gramsci, 1978, p. 52).

O conceito de bloco histórico mostra que a dominação da burguesia sobre o proletariado não se estabelece somente através dos aparatos repressivos do Estado. Em Gramsci, o Estado é ampliado para incluir as instituições de direção cultural e ideológica denominados por ele de “sociedade civil” (Rupert, 2005, p. 28; Coutinho, 1994, p. 117).

O poder do Estado está estruturado principalmente através da hegemonia: um complexo sistema de relações culturais e ideológicas que mantém a posição da classe dominante por meio do convencimento. Gramsci desenvolveu a ideia de Maquiavel em que o poder do Estado moderno constituindo-se uma unidade contraditória podia ser interpretado como um centauro: metade besta e metade homem, numa combinação de coerção (sociedade política) e consentimento (sociedade civil). Quando o consentimento está em primeiro plano a hegemonia prevalece (Gramsci, 1999, p. 124).

O exercício da hegemonia pela classe dominante busca generalizar seus valores ao conjunto da população de forma a perpetuar sua influência. O aparato da classe dominante é composto por várias instituições, sendo que as principais são as instituições religiosas, as educacionais e os meios de comunicação (Gramsci, 1999, p. 46; Cox, 1993, p. 51). Mas a escala de valores da sociedade está sempre em disputa: a primazia é da classe que exerce a hegemonia, porém enfrenta uma permanente tensão contra-hegemônica pelas classes subordinadas.

Assim, ao analisar o capitalismo no Ocidente no começo dos anos 1920, Gramsci afirma que o sucesso na manutenção do capitalismo está em parte relacionado com a capacidade da classe dominante em governar através da hegemonia, e não pela coerção ou força militar. A reprodução do capital ocorre fundamentalmente através do consenso, uma vez que os trabalhadores não estão imunes às tradições burguesas que são incutidas diariamente pelas instituições na vida cotidiana. Mas esse sucesso não é garantido: a crise de hegemonia ocorre quando as classes dominantes não conseguem mais dirigir. Neste momento abre-se a possibilidade de uma revolução.

3 – A Hegemonia na Economia Política Internacional

3.1 – A Teoria da Estabilidade Hegemônica

A discussão sobre o fim da hegemonia dos EUA e a emergência de novas potências econômicas, em particular Japão e Alemanha, iniciado nos anos 1970 teve como grande fomentador aquilo que ficou conhecido como Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH). Na realidade, a própria EPI como disciplina nasce com essa polêmica; por isso pode-se considerar correta avaliação de que a TEH foi a primeira e genuína teoria dessa disciplina (Cohen, 2008, p. 67).

A TEH foi primeiramente desenvolvida por Charles Kindleberger (1973).¹ Em termos gerais a visão de Kindleberger pode ser resumida da seguinte forma: para sustentar uma economia mundial liberal é preciso a existência de um único poder dominante, não apenas com capacidade, mas também disposto a manter as regras liberais em todo mundo. Ou seja, somente a presença de uma nação hegemônica não garante o estabelecimento de uma economia internacional liberal. É imprescindível que ela tenha também um compromisso com os valores liberais.

Nesse sentido, a potência hegemônica deve prover alguns “bens públicos” fundamentais ao funcionamento de um sistema liberal. Como bens públicos entendem-se, por exemplo, o sistema monetário internacional e o livre comércio. Uma economia mundial liberal é concebida como um bem público que beneficia a todos.

De acordo com Kindleberger (1973, p. 295), um sistema internacional marcado por uma distribuição simétrica do poder seria essencialmente instável, uma vez que cada país tenderia a buscar seus próprios interesses à custa dos demais países. Não haveria um Estado que provesse os bens públicos necessários ao bom funcionamento da economia mundial. Logo, quando a potência hegemônica entra em declínio a ordem liberal fatalmente também entrará.

A questão é explicar quais as vantagens do *hegemon* em arcar com os custos de fornecer um bem público que será utilizado por todos. Na visão de Kindleberger a potência hegemônica é guiada por sentimentos cosmopolitas. Por isso, sua versão da TEH ficou conhecida como benevolente, num sentido liberal (Cohen, 2008, p. 75). Outra versão da teoria ligada ao (neo) realismo, que será analisada a seguir, ficou conhecida como versão coercitiva e foi desenvolvida por Robert Gilpin e Stephen Krasner.

Gilpin (1981 e 1987) também concorda que para manter uma ordem liberal mundial é imprescindível que haja uma (e somente uma) potência hegemônica. Porém, nesta perspectiva a potência hegemônica é guiada pelo auto-interesse. Um sistema internacional é estabelecido quando os Estados criam estruturas sociais a fim de fazer prevalecer seus próprios interesses econômicos e políticos². No entanto, com o passar do tempo os interesses e o equilíbrio de poder entre os atores mudam como resultado do desenvolvimento econômico. Aqueles que alcançam maiores benefícios com as mudanças também desejaram modificar o sistema segundo seus interesses (Gilpin, 1981, p. 9).

De acordo com Gilpin (1981, p. 144), desde a revolução industrial o mundo assistiu duas potências hegemônicas (Grã-Bretanha e EUA) no sistema global que buscaram organizar as relações econômicas e políticas visando seus interesses econômicos e de segurança.

A economia aberta e integrada que emergiu no século XIX foi sustentada pelo poder e interesses da Grã-Bretanha. Quando o poder britânico entrou em decadência, a ordem liberal também declinou até terminar em colapso com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Após a guerra, os esforços para restabelecer o sistema liberal foram barrados pelo crescimento do nacionalismo econômico e das rivalidades imperialistas. Enquanto os britânicos não tinham forças para restabelecer a ordem liberal, os norte-americanos não estavam dispostos a assumir a tarefa de potência hegemônica estabilizadora.

Assim, a depressão dos anos 1930 é explicada pela falta de um poder hegemônico. Não havia, por exemplo, um emprestador de última instância que interviesse para estabilizar o sistema financeiro. Um cenário similar ocorreu no começo dos anos 1970. O declínio relativo do poder norte-americano ameaçava novamente a ordem liberal (Gilpin, 1987, p. 345).

1 O termo “estabilidade hegemônica” foi originalmente formulado por Robert Keohane. Kindleberger preferia o termo “liderança” ou “responsabilidade” no lugar de “hegemonia” (Gilpin, 1987).

2 Uma das questões importantes na teoria da estabilidade hegemônica refere-se aos recursos materiais. Keohane (1984) argumenta que o poder hegemônico precisa controlar quatro conjuntos de recursos materiais: matérias-primas, fontes de capital, mercados e vantagens competitivas sobre a produção de bens de alto valor agregado.

Em Krasner (1976) a importância da potência hegemônica estabilizadora é focalizada na estrutura do comércio internacional a partir do que ele chama de *state-power theory*: esta abordagem assume que a estrutura do comércio internacional é determinada pelo poder dos Estados agindo para maximizar seus próprios objetivos. Nos períodos de ascensão do Estado hegemônico é mais provável que o comércio internacional esteja mais aberto. Krasner (1976, p. 323) assume que tal Estado teria interesse em manter uma estrutura de comércio com baixas tarifas e menor regionalismo.

3.2 – Neogramscianos

O conceito de hegemonia de Gramsci foi desenvolvido pioneiramente no âmbito da EPI por Robert Cox, e mais tarde elaborado por outros autores como Stephen Gill e Mark Rupert.

A hegemonia na visão neogramsciniana é uma forma de poder que está relacionada à capacidade do Estado líder expressar sua autoridade em termos de interesses universais ao invés de servir unicamente aos seus interesses particulares (Cox, 1986, p. 219). Isto significa que o poder dos Estados vai muito mais além da mera força militar: ao invés da dominação exclusiva pela força, o poder político baseado no consentimento cumpre papel fundamental.

Enquanto predomina o aspecto consensual do poder, a hegemonia também prevalece. A coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos especiais (Cox, 1993, p. 52). Por sua vez, o poder emerge dos processos sociais, e não com o acúmulo de recursos materiais que na realidade é o resultado desse processo (Cox, 1986, p. 225).

Colocado dessa maneira, o conceito de hegemonia difere da forma expressada usualmente como a de dominância de um Estado sobre o outro ou como eufemismo de imperialismo (Cox, 1993, p. 60). De acordo com Gill (2008, p. 81), o conceito weberiano de poder usado pelos realistas iguala hegemonia ao conceito de dominação (“power over”). Este conceito, embora eficiente para explicar alguns aspectos das relações estatais, é fraco para analisar a base social das relações de poder. Ele tende a subestimar o desenvolvimento das organizações não estatais, como as corporações transnacionais, e outras forças sociais que transcende as fronteiras nacionais, como a cultura e a ideologia. Ao contrário dessa visão reducionista, no sistema global a hegemonia é uma forma de dominação de classe, e não uma simples relação entre Estados. O sistema estatal e a economia mundial são historicamente construídos e politicamente contestáveis, assim como todas as relações sociais (Rupert, 2005, p. 35).

O Estado hegemônico procura convencer que seus interesses são universais, estabelecendo regras de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que operam através das fronteiras nacionais. A hegemonia mundial não é somente econômica, política ou social: é ao mesmo tempo estrutura política, econômica e social (Cox, 1993, p. 61).

O conceito de internacionalização do Estado desenvolvido por Cox (1986) tenta explicar os mecanismos usados para o estabelecimento da hegemonia no pós-segunda guerra. Assim, a construção da hegemonia dos EUA construída no pós-guerra não foi fruto somente do seu poder material, mas também dos seus valores que as sociedades de outros países imitaram porque julgaram sedutores. Aqui também entra o papel das instituições. Essas fornecem meios de lidar com conflitos de maneira a minimizar o uso da força, pois representam – ou parecem representar – interesses universais (Cox, 1986, p. 230).

Segundo Cox (1993, p. 62), algumas características das instituições internacionais que expressam o papel hegemônico são: i) elas incorporam as regras que auxiliam a expansão da ordem mundial hegemônica. As regras referentes à ordem monetária e comercial têm importância especial; ii) as próprias instituições são o produto da ordem mundial hegemônica; iii) elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; iv) elas cooptam as elites dos países periféricos e; v) elas neutralizam as ideias contra-hegemônicas.

As instituições internacionais introduzem regras que promovem a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, como o sistema monetário e o comércio mundial (Cox, 1993, p. 62). Deste modo, com a emergência de instituições como o FMI e o Banco Mundial, a hegemonia norte-americana no pós-guerra tornou-se muito mais institucionalizada do que a hegemonia britânica no século XIX.

O conceito de hegemonia como um ajuste entre poder, ideias e instituições, torna possível lidar com alguns problemas da TEH, como a existência de uma potência dominante como condição necessária para manter o sistema internacional estável. O fim de uma ordem hegemônica pode ser entendido a partir do desenvolvimento das forças sociais em determinada época, sendo um erro atribuir exclusivamente à posição do Estado e independente do momento histórico (Cox, 1986, p. 224).

4 – A Hegemonia norte-americana

No período em que funcionou o sistema monetário de Bretton Woods (1945-1971), os EUA atuaram como potência hegemônica, ditando as regras de conduta do sistema diretamente ou através das instituições criadas. Porém, nesse momento, a ideia de uma economia de livre comércio e livre movimentação de capitais prevista pelos norte-americanos mostrou-se inviável.

O comércio mundial evoluiu para uma situação de maior liberdade, mas ainda com grande tolerância às políticas protecionistas (barreiras à importação e subsídios às exportações) e desvalorizações cambiais, especialmente por parte dos EUA em relação aos seus principais parceiros. Os fluxos de capitais estavam restritos devido aos controles adotados por cada país, sendo considerado um passo atrás na busca de uma ordem liberal como nos tempos do padrão-ouro (Hobsbawn, 2001, p. 237). Ademais, a sua hegemonia evidentemente não incluía o bloco socialista, e mesmo no chamado Terceiro Mundo, a liderança norte-americana encontrava resistências.

Logo, a necessidade de um estado hegemônico a fim de manter uma ordem liberal, como previsto pela TEH, não se encaixa satisfatoriamente no período em que prevaleceram os acordos de Bretton Woods. De qualquer forma, segundo Cox (1993, p. 60), entre 1945 até o fim dos anos 1960 os EUA exerceram sua hegemonia numa estrutura similar ao império britânico em meados do século XIX, mas com instituições e doutrinas adaptadas a um mundo econômico mais complexo.

Após o colapso da ordem estabelecida em Bretton Woods em 1971, a autoridade norte-americana, particularmente quanto à gestão do padrão monetário internacional, passou a ser questionada por seus principais parceiros já recuperados economicamente. Na Europa, sob a liderança da Alemanha, discutia-se abertamente a construção de uma nova moeda que pudesse suceder o dólar nas relações comerciais e financeiras (Fernandes, 2010).

A recusa das autoridades norte-americanas em admitir qualquer tipo de reforma que revisse o papel do dólar como moeda de reserva internacional acarretou em 1979, um dos mais significativos lances da economia mundial no século XX: a elevação sem precedentes da taxa básica de juros pelo presidente do Fed (banco central norte-americano), Paul Volcker. Isso fez com que os capitais do mundo todo fossem atraídos para o mercado dos EUA, valorizando fortemente o dólar e obrigando os demais bancos centrais a elevar suas taxas de juros, sob o risco de sofrerem pesadas desvalorizações cambiais.

De tal modo, o choque dos juros do Fed marca o desfecho das rivalidades entre os países centrais a respeito do padrão monetário internacional, restabelecendo a hegemonia norte-americana, como pioneiramente destacou Tavares (1985). Assim, os EUA passaram a usufruir de um poder monetário e financeiro inédito no sistema internacional: não sofrer mais restrições no seu balanço de pagamentos e determinar as taxas de juros sobre a sua própria dívida.

Com o fim da Guerra Fria, a liderança econômica, política e militar norte-americana eram incontestáveis. As políticas de liberalização econômica aplicadas pioneiramente no começo dos anos 1980 pelos EUA e Inglaterra, e depois seguidas pelos países centrais, foram apresentadas como decorrência natural da evolução do sistema mundial, tornando-se quase que consensuais na década de 1990. Ao mesmo tempo, a expansão financeira fortaleceu o padrão monetário hegemônico pelo dólar. Portanto, não houve um desmoronamento da ordem econômica internacional liberal como esperavam os proponentes da TEH (Gill, 2008, p. 82).

Ao analisar o problema da hegemonia pelo conceito de Gramsci, entende-se que os EUA de fato perderam sua hegemonia durante os anos 1970, não porque perderam sua liderança econômica e política como afirma a TEH, mas porque já não conseguiam atuar através do convencimento. Por outro lado, os EUA puderam recriar entre os anos 1980 e 1990 seu poder hegemônico³. Isto indiscutivelmente não tornou o sistema estável, como comprova a série de crises econômicas que abalaram o mundo durante os anos 1990, ainda que as autoridades norte-americanas demonstrassem enorme capacidade de intervenção em todas as crises.

Todavia, a situação de hegemonia permaneceu por pouco tempo. Após um período sem precedentes de expansão da economia norte-americana, o “11 de setembro de 2001” e o receio acerca dos desdobramentos da “guerra contra o terror” levado a cabo pelo então presidente Bush fizeram com que os mercados globais entrassem num período de forte incerteza, exacerbando a situação precária da economia mundial até desembocar na crise financeira internacional em 2008.

A crise, originada justamente nos EUA, evidenciou a frágil arquitetura financeira internacional, provocando sérios questionamentos sobre a ordem econômica internacional por parte de diversos governos e dentro da própria sociedade norte-americana, como comprova o movimento de contestação “Occupy Wall Street”. Apesar do intenso debate que se seguiu sobre as reformas necessárias para impedir que uma crise com essa magnitude se repetisse poucas propostas saíram do papel em grande parte por conta dos próprios interesses norte-americanos.

O papel do dólar como moeda de reserva mundial é esclarecedor quanto ao poder exercido pelos EUA na ordem internacional. A discussão que mais uma vez ganhou corpo com a crise diz respeito à necessidade de criar uma nova moeda supranacional que substitua o dólar como moeda-chave. Está claro o desconforto entre os líderes mundiais e o entendimento que essa situação não apenas mantém um “privilegio exorbitante” como também não contribui para tornar o sistema menos instável. Embora as autoridades norte-americanas já não consigam convencer os demais países sobre a funcionalidade do atual padrão monetário, a situação permanece como está simplesmente porque os demais Estados não conseguem contrapor o poder exercido pelos EUA.

5 – Considerações Finais

Os EUA já não conseguem exercer sua hegemonia no sentido desenvolvido por Gramsci e Cox. Todavia isto não significa que não são mais a potência dominante ou que estão em vias de serem substituídos por um novo poder hegemônico. Existe, de fato, um forte mal estar pela forma como as autoridades norte-americanas conduzem suas políticas no mundo. O problema é que os demais estados simplesmente não são capazes de impor novas regras diante da enorme assimetria de poder e da estrutura econômica que se formou no rastro do poder norte-americano, na qual o papel do dólar no sistema monetário e financeiro internacional é a mais visível.

³ No começo dos anos 1990 o explícito poder assimétrico do qual dispunham os Estados Unidos fizeram com que vários autores reavaliassem a ideia do fim da hegemonia (Cohen, 2008, pp. 77-79).

Bibliografia

- COHEN, Benjamin (2008). *International Political Economy: an intellectual history*. Princeton: Princeton University Press.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1994). *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez.
- COX, Robert W (1986). Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert (ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.
- COX, Robert W (1993). "Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method". In: GILL, Stephen (ed). *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge Studies in International Relations: 26.
- FERNANDES, Marcelo Pereira (2010). "O Fim do Regime de Bretton Woods como Reação do Império Norte-americano". Trabalho apresentado no XV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política.
- GILL, Stephen (2008). *Power and resistance in the new world order*. 2º ed. New York: Palgrave Macmillan.
- GILL, Stephen (1993). *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge Studies in International Relations: 26.
- GILPIN, Robert (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press.
- GILPIN, Robert (1981). *War and Change in World Politics*. Princeton: Cambridge University Press.
- GRAMSCI, Antonio (1999). *Cuadernos de la Cárcel*. Traducción de Ana María Palos. 2ª ed. Mexico, D.F: Ediciones Era.
- GRAMSCI, Antonio (1978). *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOBBSBAWM, Eric (2001). *A era dos extremos: o breve século XX*. Tradução de Marcos Santarrita. 2º edição. São Paulo: Companhia das letras.
- KEOHANE, Robert (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- KINDLEBERGER, Charles (1973). *The World in Depression, 1929-39*. Berkeley: University of California Press.
- KRASNER, Stephen D. (1976). "State Power and the Structure of International Trade." *World Politics* 28, no. 3, april.
- RUPERT, Mark (2005). "Reading Gramsci in an Era of Globalising Capitalism". *Critical Review of International Social and Political Philosophy*. Vol. 8, No. 4, 483-497, December.
- TAVARES, Maria da Conceição (1985). "A retomada da hegemonia norte-americana". *Revista de Economia Política*, 5 (2): 5-15.
- SASSOON, Anne Showstack (1988). "Hegemonia". In: Bottomore, Tom (ed). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Resumo

Na esfera da Economia Política Internacional o conceito de hegemonia foi discutido por diversos autores tendo quase sempre como ponto de partida os turbulentos anos 1970, no qual parecia se configurar o declínio dos Estados Unidos como potência mundial. A crise global de 2008-2009 vem revivendo o tema. O objetivo deste artigo é analisar o conceito de hegemonia e questionar se os Estados Unidos ainda são hegemônicos dentro do sistema mundial.

Abstract

In the sphere of International Political Economy the concept of hegemony has been discussed by various authors almost always taking as a starting point the turbulent 1970s, which seemed to set the decline of the United States as world power. The global crisis of 2008-2009 has been reliving the theme. The aim of this paper is to analyze the concept of hegemony and question whether the United States is still hegemonic within the world system.

Palavras Chave: hegemonia, Gramsci, EUA

Key-Word: Hegemony, Gramsci, EUA

Recebido em: 02/10/2014

Aprovado em: 28/02/2015